

# COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - CMADS

## PROJETO DE LEI Nº 4.995, DE 2009

Institui a política de conservação das áreas de cultivo tradicional de cacau no sistema cabruca.

**Autor:** Deputado GERALDO SIMÕES

**Relator:** Deputado OZIEL OLIVEIRA

### I – RELATÓRIO

O ilustre Deputado Geraldo Simões propõe, mediante o Projeto de Lei em epígrafe, a instituição da política e conservação das áreas de cultivo tradicional de cacau no sistema cabruca.

O objetivo da política proposta é, basicamente, “a perpetuação do sistema cabruca como estratégia de conservação do bioma Mata Atlântica e como patrimônio paisagístico, cultural, econômico e socioambiental das regiões produtoras de cacau”.

Ao Poder Público caberia fomentar, mediante incentivos econômicos, a manutenção do sistema cabruca. Para fazer jus aos incentivos governamentais, as propriedades deverão estar em conformidade com a legislação ambiental, especialmente no que diz respeito à reserva legal e às áreas de preservação permanente, e sua gestão deverá ser orientada por um plano de manejo aprovado pelo órgão ambiental competente.

Na sua justificativa à proposição, o nobre autor historia o processo de introdução da cultura do cacau no sistema cabruca no sul da Bahia e o seu papel indireto na conservação da floresta atlântica. Mostra

também que a cabruca vem sendo paulatinamente destruída pela exploração madeireira e pela conversão para outros tipos de cultivo e pastagens, o que representa um grave risco para a conservação da Mata Atlântica no sul da Bahia.

A matéria foi aprovada pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, na forma de um substitutivo, que, nos termos do parecer do relator, Deputado Veloso, confere aos dispositivos maior concisão e precisão.

Nesta Comissão não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

É o relatório.

## **II – VOTO DO RELATOR**

A região cacauceira da Bahia ocupa aproximadamente uma área de 10.000 km<sup>2</sup>. Em cerca de 6.800 km<sup>2</sup> (70% da área) o cacau (*Theobroma cacao*) é cultivado sob a sombra de árvores da floresta original, sistema denominado cacau-cabruca. A palavra cabruca deriva do verbo "brocar", que, por sua vez, significa "fazer buracos na mata para plantar o cacau".

O plantio tradicional do cacauceiro sob o dossel da floresta foi sendo aprimorado ao longo de 250 anos. O sistema cacau-cabruca gerou recursos financeiros, fixou o homem no campo, conservou os recursos naturais e compatibilizou o desenvolvimento socioeconômico com a conservação.

Os estudiosos da Cacaucultura baiana, ao descreverem-na, ressaltaram sua eficiência, capacidade de conservação e sustentabilidade. O cacau-cabruca possibilita a conservação de mais de 228 espécies arbóreas nativas, como o Pau-Brasil, o Jequitibá, o Jacarandá, o Vinhático e o Cedro.

O pesquisador Dan Érico Lobão, da CEPLAC, afirma que o cacau-cabruca pode ser conceituado como um sistema agrossilvicultural, que se fundamenta na substituição dos estratos florestais médio e inferior por uma cultura de interesse econômico, implantada sob a proteção das árvores remanescentes, de forma descontínua e circundada por vegetação natural,

possibilitando a presença de fragmentos de Mata Atlântica, não prejudicando as relações com o meio físico ao qual está relacionado. Além de gerar recursos financeiros e fixar o homem no meio rural, o sistema conservou recursos hídricos, fragmentos e exemplares arbóreos da floresta original de inestimável valor para o conhecimento agrônomo, florestal e ecológico.

É verdade que a instalação da cacauicultura contribuiu para a fragmentação do contínuo florestal do Sudeste da Bahia. Contudo, lembra Dan Érico Lobão, “a característica de permitir a permanência de populações arbóreas no sombreamento do cacau e de fragmentos florestais inseridos na área de produção é ímpar e benéfica, e minimizou os efeitos negativos da ação inicial. Quando se compara áreas de cabruca com outros modelos agrícolas, é possível perceber suas qualidades conservacionistas”, que se traduz em benefícios como “a capacidade de manter o solo rico em matéria orgânica, o baixo escoamento superficial de água e, por conseguinte, o pouco arraste superficial do solo e a manutenção da qualidade da água do sistema e, ainda, a conservação da diversidade biológica”.

Entretanto, o citado especialista afirma que “os fragmentos remanescentes da Floresta Atlântica da Região Cacaueira da Bahia estão sob forte pressão antrópica e correm risco de desaparecer. Essa pressão compromete o agroecossistema cacaueiro e a sobrevivência das espécies arbóreas de interesse econômico, social e ecológico, bem como da fauna silvestre associada.”

Dan Érico Lobão entende ainda que “o sistema cacau-cabruca pode e deve ser a forma com que o segmento rural poderia participar efetivamente da conservação dos recursos naturais, sem perder a capacidade produtiva. A potencialidade econômica do sistema cabruca é inegável e pode ser efetivada, assim como os benefícios ambientais que ele proporciona são imprescindíveis para conservação do patrimônio natural remanescente.”

O presidente da Câmara Setorial do Cacau – órgão ligado ao Ministério da Agricultura –, Durval Libânio, afirmou recentemente que “o setor caminha para uma fase de expansão, desde que consiga inovar processos e agregar valor ao produto com a formação de arranjos produtivos focados na interface entre cacau, chocolate, turismo e conservação dos biomas brasileiros, principalmente Mata Atlântica e Amazônia.”

Afirmou ainda que “a Câmara Setorial do Cacau quer ampliar a discussão sobre a sustentabilidade do negócio cacau, fortalecendo-a e tornando clara sua transversalidade, uma vez que as condições do cultivo do cacau, bem como das políticas públicas que ditam seus movimentos, impactam a economia, o meio ambiente e o status de vida de milhares de produtores que ainda dependem desta prática – bem como de consumidores do cacau e de seus derivados.”

Várias instituições governamentais e não governamentais vem elaborando e implementando programas e projetos com o objetivo de valorizar a cacauicultura no sistema cabruca. Vale mencionar, por exemplo, o programa Cacau para Sempre, do Governo da Bahia, no âmbito do qual foi erigida, pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), a Bahia Cacau, primeira fábrica de chocolate da agricultura familiar do país, no município de Ibicaraí.

Outro exemplo é o enquadramento do cacau-cabruca na linha de financiamento FNE Verde do Banco do Nordeste do Brasil e do programa Agricultura de Baixa Emissão de Carbono - ABC, do Ministério da Agricultura.

Dentre as organizações da sociedade civil que atuam na região vale ressaltar o trabalho do Instituto Cabruca, que busca conservar e difundir o sistema cabruca e seu grande potencial para a produção de cacau, frutas, madeira certificada, sementes florestais, plantas ornamentais, fármacos, ecoturismo e água, além de contribuir para o sequestro de carbono. A instituição também desenvolve programas que contribuem para o combate à pobreza associados à produção de cacau em comunidades vulneráveis e à articulação de políticas públicas que ajudem a manutenção do sistema. Além de promover a conservação das cabucas, o Instituto trabalha para que o cacau brasileiro tenha mais qualidade e seja mais valorizado como alimento. Para isso, desenvolve programas e projetos com ênfase em produção orgânica, certificação socioambiental, fabricação de chocolate em nível local e maior percentual de cacau no chocolate brasileiro.

Um bom exemplo envolvendo a iniciativa privada e os agricultores familiares é a parceria da Natura com a Cooperativa de Produtores Orgânicos do Sul da Bahia – CABRUCÁ. A CABRUCÁ foi fundada no final de 2000 e atua hoje com 62 cooperados no domínio da Mata Atlântica. São

pequenos e médios produtores rurais e um assentamento de reforma agrária, que funcionam na maior parte em sistemas agroflorestais. A missão da cooperativa é o fomento à agricultura sustentável nas propriedades dos cooperados.

A parceria com a Natura nasceu em 2003. Além de comprar o cacau a empresa assinou com os agricultores um contrato de repartição de benefícios. Com os recursos gerados pelo fornecimento do cacau e a repartição de benefícios, a cooperativa investiu na capacitação e aperfeiçoamento de técnicas em agricultura orgânica, agregando conhecimento aos agricultores, possibilitando melhoria na sua produção e expansão de mercado para seus produtos.

O cacau ainda gerou recursos pelo uso da imagem dos agricultores em propagandas da Natura, que também investe em cursos e capacitações. Com os recursos da repartição de benefícios, a CABRUCÁ pretende abrir uma loja orgânica em Ilhéus, capacitar seus agricultores em agricultura orgânica, participar de feiras e produzir um cacau de primeira qualidade.

Estes fatos e exemplos demonstram claramente a importância da adoção de uma política de estímulo à cacauicultura no sistema cabruca. Nosso voto, portanto, é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.995, de 2009.

Sala da Comissão, em            de            de 2012.

Deputado OZIEL OLIVEIRA  
Relator